



Cooperação judiciária Sónia Chan nas Filipinas para promover acordos

A Secretária para a Administração e Justiça, Sónia Chan, partiu ontem para as Filipinas para encontros com o Ministério da Justiça e outras entidades, com vista a promover a cooperação mútua no âmbito do acordo de cooperação judiciária em matéria penal. A delegação, que inclui representantes do Tribunal de Última Instância, do Ministério Público e da Secretaria para a Segurança, bem como representantes do Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça e da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, fica nas Filipinas até à próxima Quarta-feira. Em paralelo, segundo uma nota oficial, um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China na RAEM foi convidado a integrar a delegação para coadjuvar nos trabalhos.

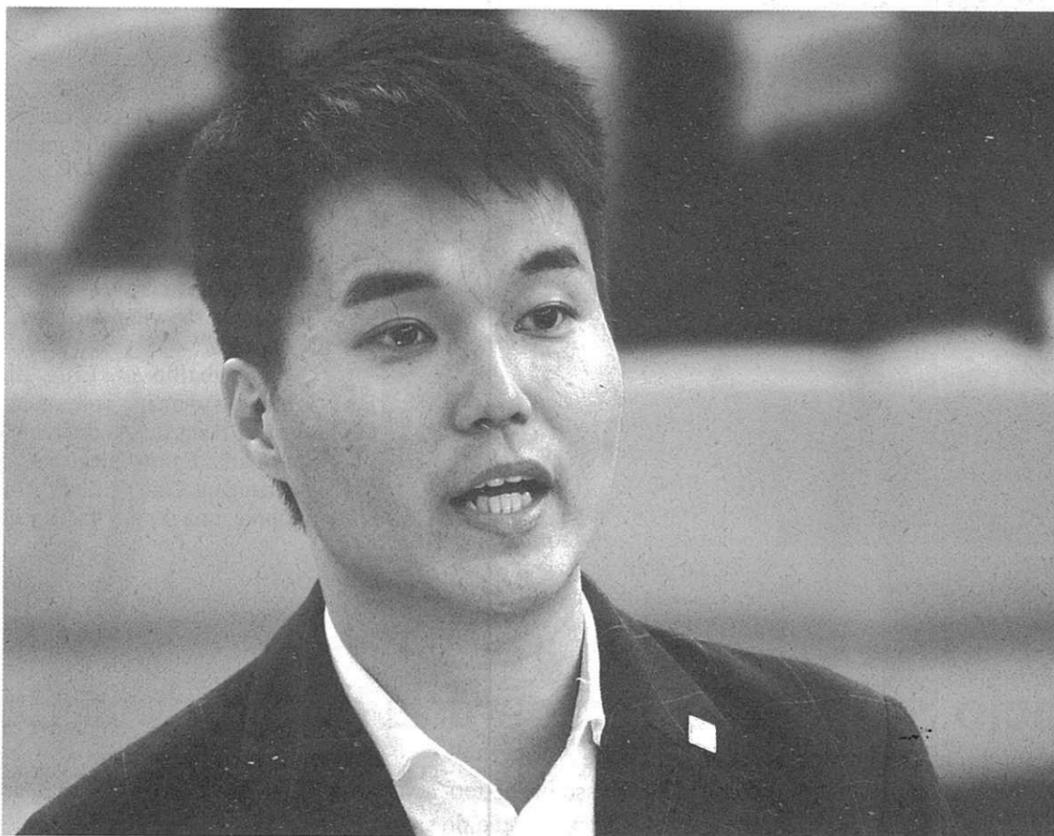
Legislação Lam Lon Wai pode explicações sobre a Lei do Trabalho

O deputado Lam Lon Wai questionou o Governo, numa interpelação escrita, sobre o andamento da revisão da Lei das Relações de Trabalho e as alterações ao regime de trabalho a tempo parcial. O legislador ligado aos Operários quer saber o andamento do relatório da consulta pública, que originalmente era para ser apresentado no final do ano passado, mas que foi adiado para o próximo mês de Maio. Lam Lon Wai mostra-se preocupado com o progresso dos trabalhos e questiona se haverá uma falta de consenso sobre o diploma, que poderá dividir patronado e trabalhadores. No mesmo documento, o membro da AL eleito de forma indirecta questionou igualmente o andamento dos trabalhos da legislação que vai implementar em Macau a licença de paternidade.

POLÉMICA SULU SOU RESPONDE A INSULTO DE DIRIGENTE DOS KAIFONG

De luva branca

Sulu Sou considera pouco saudável os ataques pessoais que não se focam no conteúdo político. Foi assim que o pró-democrata reagiu aos insultos de Loi Man Keong, marido da líder dos Kaifong, que acusa o deputado suspenso de mentir e destabilizar a harmonia social



Sulu Sou, deputado “Chamou-me artista. Se alguém tiver uma opinião política diferente, nós insistimos em comentar apenas o conteúdo, os assuntos, em vez de ataques pessoais a indivíduos. É um princípio que temos.”

ARTISTA, mentiroso e desestabilizador da harmonia social. Foi assim que Loi Man Keong, da União Geral das Associações dos Moradores (UGAMM) e subdirector do Centro da Política da Sabedoria Colectiva, descreveu Sulu Sou numa série de artigos publicados no AF Macau.

“Chamou-me artista. Se alguém tiver uma opinião política diferente, nós insistimos em comentar apenas o conteúdo, os assuntos, em vez de ataques pessoais a indivíduos. É um princípio que temos”, comentou o deputado ao HM.

Sulu Sou acrescentou ainda que o artigo assinado pelo subdirector do centro liderado pelo deputado Ho Ion Sang, é um

exemplo “de crítica pessoal”, algo que o pró-democrata considera “pouco saudável para o desenvolvimento do panorama político de Macau”.

Loi Man Keong, marido da líder dos Kaifong, acusa o deputado suspenso de representação dramática no hemiciclo da Assembleia Legislativa e de ter uma “lógica confusa, em que o

cérebro funciona mal, mesmo antes de ficar velho”, de acordo com o Jornal Tribuna de Macau.

CRITICAR A CRÍTICA

Ainda na publicação AF Macau, Loi Man Keong veio defender o profissionalismo e competência do director dos Serviços de Coordenação e Inspeção de Jogos, Paulo Martins Chan, depois do deputado suspenso ter mencionado o passado do dirigente enquanto DJ de rádio. “Ele criticou-me também por pedir que sejam assumidas responsabilidades e apuradas as razões para as escolhas dos nomeados pelo Chefe do Executivo”, refere Sulu Sou. Para o deputado, estas são questões legítimas num Estado de Direito.

Outro dos exemplos dados pela pró-democrata foi a escolha do director da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego. “Porque é que foram nomeados pelo CE, quais as suas competências ou experiências profissionais que os tornam aptos para o trabalho? Essa é que é a questão”, interroga o deputado suspenso.

O subdirector do Centro da Política da Sabedoria Colectiva argumentou que, nos dias que correm, os cidadãos têm acesso facilitado ao perfil profissional dos oficiais do Executivo. Além disso, aproveitou no artigo para enaltecer as qualidades de Paulo Martins Chan enquanto jurista.

Numa alusão internacional, Loi Man Keong argumentou que Sulu Sou é um admirador da democracia dos Estados Unidos, um país pouco profissional na governação por ter sido presidido por Ronald Reagan, um actor, e atualmente por Donald Trump, empresário e estrela de reality show.

O dirigente da entidade presidida por Ho Ion Sang acrescentou ainda que o deputado pró-democrata é um político “enganador”, que procura atrair os holofotes do mediatismo ao mesmo tempo que causa desarmonia social.

Sulu Sou responde que o mais importante é o foco no conteúdo político e não nos ataques de carácter pessoal. ◀

João Luz
info@hojemacau.com.mo

MACAU JOCKEY CLUB RENDA DE TERRENO POR PAGAR DESDE 2009

A Companhia de Corridas de Cavalos não paga renda pelo terreno do Jockey Club desde 2009, noticiou ontem a Rádio Macau. A revelação surge depois de a empresa ter visto recentemente o contrato de concessão renovado por 24 anos e meio. Tanto o Governo como a concessionária recusam revelar o valor da dívida e justificar os motivos para o incumprimento no pagamento de impostos e de outras obrigações. Segundo a emissora pública, estão por cobrar as taxas devidas

sobre o montante das apostas relativas a mais de uma década, sendo que a única receita arrecadada pelo Executivo de Fernando Chui Sai On relativa à concessão do Macau Jockey Club diz respeito a prémios não reclamados pelos jogadores.

A Companhia de Corridas de Cavalos fechou 2016 com prejuízos acumulados de mais de 4 mil milhões de patacas. De acordo com as contas auditadas e aprovadas pela assembleia-geral de accionistas, em finais

de Março do ano passado, registou também um passivo de 1,3 mil milhões de patacas.

Os dados relativos ao exercício de 2017 ainda não são conhecidos. Neste momento, sabe-se apenas, por via dos dados publicados pela Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos (DICJ), que as receitas das corridas de cavalos foram de 104 milhões de patacas – menos 26,2 por cento face aos 141 milhões arrecadados no ano anterior –, tendo o volume de apostas caído de 709 milhões para 517 milhões. ◀



Tiago Alcântara